

PARALELOS PERIGOSOS

Josaphat Marinho

p. 23

Os jornais do país divulgaram, e alguns numa só página, duas notícias dolorosamente contrastantes. Uma, do aumento salarial, de menos de 5%, de R\$ 130 para R\$ 136. Outra, da elevação dos preços de remédios, de mais de 11%, com o consentimento do Ministério da Fazenda. Foi esse o presente de 1º de maio reservado pelo governo federal ao operário e à população. Por isso mesmo o dia do trabalhador não permitiu comemoração entre nós, mas protestos. Não havia o que louvar ou aplaudir, mas o que lamentar. As autoridades não se juntaram aos assalariados para assinalar a data de expressão universal. Permaneceram nos palácios pelo temor das ruas.

A ausência oficial não significou, porém, esquecimento para os injustiçados. A reflexão coletiva indicou a distância crescente entre o poder e o povo. Isolados, os governantes confessaram pelo silêncio o reconhecimento de promessas não cumpridas, ou de deveres não satisfeitos. O que deveria ser apreciado na praça pública, a bem da comunidade, trancou-se nos salões fechados, por falta de realizações adequadas. O grande relevo na imprensa não foi atribuído ao dia histórico, mas às comissões de inquérito, notadamente à relativa ao sistema financeiro e aos bancos. Em vez de serem anunciadas conquistas sociais, destacava-se o desemprego, ao lado dos lucros e transações de estabelecimentos bancários, objeto de investigação.

Vale dizer, enquanto se observava o enriquecimento rápido de uns poucos, apontava-se maior empobrecimento da massa trabalhadora. Daí as repetidas manifestações contrárias à política salarial e de emprego. Se greves não têm marcado a situação, é porque os trabalhadores vêm evitando o agravamento do quadro, apesar dos sacrifícios experimentados. O



sofrimento coletivo, entretanto, não é de tolerância ilimitada, sobretudo diante das suspeitas correntes de irregularidades administrativas. Não basta ao governo pedir pressa às comissões parlamentares de inquérito. É de seu dever

ajudá-las no esclarecimento completo dos fatos em dúvida e sob desconfiança.

Declarar que operações financeiras são lamentáveis, mas que foram legais, tendo acarretado prejuízos à nação, é critério ético de difícil acei-

tação. As leis são feitas para soluções benéficas ao poder público e à população. Se são falhas, devem ser denunciadas, e não executadas. Na prática do mercado financeiro, especialmente, os agentes públicos não podem proceder com facilidades geradoras de benefícios indevidos. Não se há de salvar o sistema financeiro favorecendo a alguns, com o sacrifício geral, sobretudo do interesse público.

No curso de crise como a que atravessa o país, o temor de abalo momentâneo não pode propiciar suspeitas da natureza das que energiram e se desdobram nas apurações parlamentares. Ao contrário, a crise atingindo a credibilidade do governo impõe que as intervenções e providências oficiais se revistam de extrema prudência. Somente a vigilância permanente e enérgica é capaz de restaurar a força abalada das instituições administrativas. Assim tanto mais há de ser porque representantes dos organismos financeiros internacionais, conhecedores de nossas angústias, vêm proclamando que não devemos proceder com exagerado otimismo. Há muitas dificuldades que vencer para retomada da normalidade.

O diálogo desta hora, sem pessimismo nem propósito de contestação, requer, principalmente, a pesquisa da verdade. O trabalhador que recebeu o aumento de salário de menos de 5%, enquanto viu remédios se elevarem além de 11%, perderá a crença nas instituições, se ainda notar que operações financeiras prejudiciais ao Tesouro Nacional foram legitimadas. Não há legalidade sem ética. Se a lei é falha ou omissa, o aplicador a corrige na prática. O direito e a moral se completam, não se excluem. Integram-se para a solução política e social correta.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da UnB e da Universidade Federal da Bahia